

DMT - Termo de Referência e Anexos

Processo nº 23114.914395/2023-42

Interessado: VIRGINIA SOUZA SANTOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA - CAMPUS RIO PARANAÍBA

TERMO DE REFERÊNCIA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA - CAMPUS RIO PARANAÍBA

PREGÃO Nº 87/2023

(Processo Administrativo n.º 23114.914395/2023-42)

1 DO OBJETO

1.1 Contratação de pessoa jurídica especializada para a **prestação de serviços não continuados de confecção e instalação de armários planejados, sob medida, do Laboratório de Técnica Dietética e Análise Sensorial (LTDAS) da Universidade Federal de Viçosa, Campus Rio Paranaíba, visando garantir a economia de escala ao favorecer a preservação do patrimônio público, relacionado aos materiais de consumo, necessários para a realização das aulas práticas. Este Laboratório está alocado no Laboratório de Ensino (LAE), primeiro andar, salas (133 e 134) da Universidade Federal de Viçosa –Campus Rio Paranaíba, situado na rodovia MG 230 km 7, Zona Rural, na cidade de Rio Paranaíba/MG, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.**

1.2 Será facultada a vistoria no local de execução dos serviços. Caso não seja possível o comparecimento do contratado, será exigida declaração de pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação dos serviços.

1.3 Considerando que os itens constantes desta licitação possuem a mesma natureza e visando garantir a padronização, melhor gerenciamento da contratação, principalmente a economia de escala, os itens deste pregão serão agrupados **EM LOTE**.

1.4 ATENÇÃO: Havendo divergência entre a descrição vinculada ao código SERPRO e a descrição detalhada do Anexo I – Das especificações, prevalece a deste último.

1.5 A descrição complementar dos itens constantes da Relação de Itens encontra-se no anexo I do Termo de Referência.

ITEM	SERPRO	UNID.	QUANT.	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL (TOTAL) (R\$)
1	13200	SE	1	CONFECÇÃO DE MÓVEL DE MADEIRA - 1 armário inferior de bancada em L, em MDF BRANCO TX, nas medidas do lado A de 0,92m x 0,60m x 0,80m (LxPx), do lado B de 1,07mx0,60mx0,80m (LxPx). Contendo 4 gavetas de 32,5 cm x 60 cm x 17,5 cm (LxPx), 1 gavetão porta tempero de 27 cm x 60 cm x 72 cm (LxPx), 1 porta de abrir medindo 32,5 cm x 72 cm (LxA) e 3 portas de abrir medindo 35,5 cm x 72 cm (LxA). Todas as corrediças telescópicas reforçadas e dobradiças com sistema de amortecedor. Puxador de alumínio perfil G. Entregue e montado/ instalado na UFV Campus Rio Paranaíba. (Vide projeto Armário 9).	3053,00
2	13200	SE	1	CONFECÇÃO DE MÓVEL DE MADEIRA - 1 armário inferior de bancada em L, em MDF BRANCO TX, nas medidas do lado A de 0,92mx0,60mx0,80m (LxPx), do lado B de 3,53mx0,60mx0,80m (LxPx). Contendo 4 gavetas de 32,5 cm x 60 cm x 17,5 cm (LxPx), 4 gavetas de 23,1 cm x 60 cm x 17,5 cm (LxPx), 2 gavetões porta tempero de 21,2 cm x 60 cm x 72cm (LxPx), 1 gavetão porta tempero de 27 cm x 60 cm x 72cm (LxPx), 1 porta de abrir medindo 32,5 cm x 72 cm (LxA) e 5 portas de abrir medindo 57,5 cm x 72 cm (LxA). Todas as corrediças telescópicas reforçadas e dobradiças com sistema de amortecedor. Puxador de alumínio perfil G. Entregue e montado/ instalado na UFV Campus Rio Paranaíba. (Vide projeto Armário 8).	6081,00
3	13200	SE	1	CONFECÇÃO DE MÓVEL DE MADEIRA - 1 armário inferior de bancada em L, em MDF BRANCO TX, nas medidas do lado A de 1,96m x 0,60m x 0,80m (LxPx), do lado B de 0,62mx0,60mx0,80m (LxPx). Contendo 4 gavetas de 49 cm x 60 cm x 17,5 cm (LxPx), 3 gavetões para tempero de 20,66 cm x 60 cm x 72 cm (LxPx) e 3 portas de abrir medindo 49 cm x 72 cm (LxA). Todas as corrediças telescópicas reforçadas e dobradiças com sistema de amortecedor. Puxador de alumínio perfil G. Entregue e montado/ instalado na UFV Campus Rio Paranaíba. (Vide projeto Armário 2).	4541,00
4	13200	SE	1	CONFECÇÃO DE MÓVEL DE MADEIRA - 1 armário inferior de bancada em L, em MDF BRANCO TX, nas medidas do lado A de 2,13m x 0,60m x 0,80m (LxPx), do lado B de 1,47mx0,60mx0,80m (LxPx). Contendo 6 gavetões de 71 cm x 60 cm x 35,5 cm (LxPx) e 4 gavetões de 73,5 cm x 60 cm x 35,5 cm (LxPx). Todas as corrediças telescópicas reforçadas e dobradiças com sistema de amortecedor. Puxador de alumínio perfil G. Entregue e montado/ instalado na UFV Campus Rio Paranaíba. (Vide projeto Armário 5)	5080,00
5	13200	SE	1	CONFECÇÃO DE MÓVEL DE MADEIRA - 1 armário inferior de bancada em L, em MDF BRANCO TX, nas medidas do lado A de 2,57m x 0,60m x 0,80m (LxPx), do lado B de 1,72mx0,60mx0,80m (LxPx). Contendo 4 gavetas de 42,2 cm x 60 cm x 17cm (LxPx), 4 gavetões de 86,3 cm x 60 cm x 35,5 cm (LxPx), 2 portas de abrir medindo 42,2 cm x 72 cm (LxA) e 3 portas de abrir medindo 43,25 cm x 72 cm (LxA). Todas as corrediças telescópicas reforçadas e dobradiças com sistema de amortecedor. Puxador de alumínio perfil G. Entregue e montado/ instalado na UFV Campus Rio Paranaíba. (Vide projeto Armário 1).	5274,00
6	13200	SE	1	CONFECÇÃO DE MÓVEL DE MADEIRA - 1 armário inferior de bancada em L, em MDF BRANCO TX, nas medidas do lado A de 2,67mx0,60mx0,80m (LxPx), do lado B de 1,07mx0,60mx0,80m (LxPx). Contendo 4 gavetas de 66,87 cm x 60 cm x 17,5 cm (LxPx), 4 gavetões de 67,37 cm x 60 cm x 35,5 cm (LxPx), 2 portas de abrir medindo 32,44 cm x 72 cm (LxA) e 3 portas de abrir medindo 35,5cm x 72 cm (LxA). Todas as corrediças telescópicas reforçadas e dobradiças com sistema de amortecedor. Puxador de alumínio perfil G. Entregue e montado/ instalado na UFV Campus Rio Paranaíba. (Vide projeto Armário 10).	4875,00

7	13200	SE	4	CONFEÇÃO DE MÓVEL DE MADEIRA - 2 armários inferiores de bancada em MDF BRANCO TX, nas medidas de 3,74 m x 0,60m x 0,80m (LxPxA). Contendo 4 gavetas de 55 cm x 60 cm x 17,5 cm (LxPxA), 4 gavetas de 61 cm x 60 cm x 17,5 cm (LxPxA) 2 gavetões de 65,5 cm x 60 cm x 35,5 cm (LxPxA) e 4 portas de abrir medindo 48 cm x 72 cm (LxA) . Todas as corredeiras telescópicas reforçadas e dobradiças com sistema de amortecedor. Puxador de alumínio perfil G. Entregue e montado/ Instalado na UFV Campus Rio Paranaíba. Entregue e montado/ instalado na UFV Campus Rio Paranaíba. (Vide projetos Armários 3, 4, 6 e 7).	7002,00
---	-------	----	---	--	---------

2 JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1 Os itens desta licitação visam atender às necessidades dos seguintes órgãos da Universidade Federal de Viçosa:

	Órgão
01	CAMPUS RIO PARANAÍBA - Instituto de Ciências Biológicas e da Saúde - Coordenação do Curso de Nutrição

2.2 As contratações, objeto desse Termo, estão em estrita consonância com os programas de Ensino, Pesquisa, Extensão e Manutenção da funcionalidade da Universidade Federal de Viçosa. Ademais, os armários planejados sob medida, são de fundamental importância para garantir a economia de escala ao favorecer a preservação do patrimônio público, relacionado aos materiais de consumo necessários para a realização das aulas práticas. Este mobiliário, também ampliará a segurança na utilização do espaço físico ao permitir a substituição de vários armários, que foram alocados provisoriamente e aumentará a inclusão e a acessibilidade de pessoas com deficiência. Os valores, inseridos nesta solicitação para a formação dos preços de referência, constaram de três orçamentos e adotou-se a seguinte metodologia para a formação do preço. Na requisição nº 149453 para os itens 1 e 3, foram considerados os valores medianos dos 3 orçamentos e em relação aos demais itens (2, 4, 5, 6 e 7) foram considerados os menores valores dos 3 orçamentos, considerando que estes, representam o valor de mercado e que o detalhamento das especificações contidas no orçamento poderá assegurar que o serviço será executado conforme as expectativas do curso de Nutrição. Logo, faz-se necessária a contratação desses serviços, confecção e instalação de armários planejados sob medida do Laboratório de Técnica Dietética e Análise Sensorial (LTDAS) de modo a garantir as condições essenciais para que a UFV continue sendo referência nacional e internacional em qualidade de ensino.

2.3 O uso do tipo 'Menor Preço Global' pretende obter vantagem econômica para a administração, visto que uma única empresa será a responsável pela confecção dos móveis, fazendo com que os móveis tenham aparência uniforme e componham adequadamente o ambiente a ser mobiliado. O parcelamento do objeto pode acarretar prejuízos quanto à instalação, configuração e compatibilidade dos móveis nos ambientes onde serão instalados os mobiliários. A previsão de prestador único, responsável pela integração dos componentes, visando a manutenção da uniformidade dos móveis traz para a Administração ganhos de capacidade de gestão do contrato, com instrumentos de cobrança efetivos a um único prestador/fornecedor. Nesse cenário existe um único interlocutor na gestão do contrato e um único procedimento de chamada durante o período de garantia, propiciando agilidade na resolução de problemas - com economicidade.

3.1 Os bens e serviços de que se trata este documento podem ser objetivamente definidos pelo edital/Termo de Referência, por meio de especificações usuais no mercado conforme o disposto no Art. 1º, parágrafo único, da Lei 10.520, de 2002.

4 ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

4.1 O serviço de confecção, montagem e instalação de armários planejados está previsto para atender ao Laboratório de Técnica Dietética e Análise Sensorial (LAE 133 e 134) e deverá ser iniciado no prazo previsto desta contratação, tendo em vista que o laboratório foi inaugurado em 2019 e está funcionando com mobiliário improvisado e em quantidade insuficiente para acondicionar todos os materiais necessários para execução das atividades realizadas no espaço (ensino, pesquisa e extensão).

4.2 O prazo para fabricação e transporte dos itens será de 45 (quarenta e cinco) dias corridos e a montagem nos locais de instalação de 15 (quinze) dias corridos, contados da retirada/recebimento da nota de empenho. A entrega e instalação deverá ser agendada no seguinte endereço: Rodovia MG 230, km 7, SN, Zona Rural, Rio Paranaíba – Minas Gerais ou pelo telefone: (34) 3855 9446; onde o servidor designado pelo órgão, encaminhará os responsáveis pela entrega, montagem, instalação aos locais onde deverão ser instalados os móveis.

4.3 O frete, carga, descarga, montagem e instalação completa correrão por conta da contratada.

4.4 Todos os bens deverão atender rigorosamente às especificações constantes deste Edital e seus Anexos. A entrega fora das especificações indicadas implicará na recusa, por parte da Administração, que os colocará à disposição do fornecedor para substituição imediata.

4.5 Os bens deverão ser entregues dentro do prazo estabelecido e será considerada como recusa formal a falta de entrega dos mesmos no prazo estabelecido, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovado pelo fornecedor e reconhecido pela UFV.

4.6 As entregas devem ser realizadas em dias úteis, no horário de 8:00 às 12:00 horas e 14:00 às 17:00 horas, impreterivelmente.

4.7 O recebimento e aceitação dos materiais e equipamentos obedecerão, no que couber, ao disposto na Lei nº 8.666/93, na Lei nº 4.320/64, demais legislações pertinentes e as normas e condições descritas abaixo:

4.8 Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 30 (trinta) dias corridos, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

4.9 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.10 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 90 (noventa) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

4.11 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.12 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

4.13 O pagamento somente ocorrerá após o recebimento definitivo do material.

5 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1 A contratante se obriga a cumprir as normas e condições contidas neste Termo, sem prejuízo às demais condições contidas na legislação pertinente, no Edital do certame e no contrato firmado entre as partes, ou instrumento que o substitui, em conformidade ao art. 62, da Lei Federal nº 8.666/93.

5.2 São obrigações da Contratante:

5.2.1 receber o serviço no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

5.2.2 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

5.2.3 comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no serviço prestado, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

5.2.4 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

5.2.5 efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente à prestação do serviço, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

5.2.6 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

5.2.7 Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes às normas internas da UFV e quanto ao uso das instalações utilizadas, caso venham a ser solicitados pelos empregados da contratada;

5.6 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.1.1 executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das especificações do edital, termo de referência e instrumento contratual, além de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

6.1.2 reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

6.1.3 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.1.3 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

6.1.4 Apresentar os empregados devidamente identificados.

6.1.5 Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o espaço para a execução do serviço;

6.1.6 Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica tendo em vista que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a UFV, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante e, nem poderá onerar o objeto desta contratação, razão pela qual a licitante vencedora renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a UFV.

6.1.7 Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie forem vítimas os seus empregados durante a execução do objeto.

6.1.8 Atender as solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

6.1.9 Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

6.1.10 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

6.1.11 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.1.12 comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.1.13 a contratada deverá dispor à equipe designada para execução dos serviços todo o equipamento de proteção individual necessário à plena e segura execução dos mesmos, bem como os demais dispositivos de segurança exigidos pelas leis pertinentes.

6.1.14 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.1.15 Quando da execução dos serviços, manter os locais de trabalho desobstruídos e bem sinalizados, quando for o caso, de maneira a não comprometer a segurança daqueles que ali trafegam, inclusive no passeio do logradouro e via pública.

6.2 Responder pela recuperação dos ambientes em caso de intervenção na estrutura durante a instalação;

6.3 Responder, por escrito, no prazo máximo de 48 horas, a quaisquer esclarecimentos de ordem técnica pertinentes ao objeto, que eventualmente venham a ser solicitados pela UFV;

6.4 Responsabilizar-se por transportar às suas expensas os produtos e o pessoal até o local designado neste Termo de Referência.

6.5 O cumprimento da legislação de Prevenção e Combate a Incêndio nas esferas municipal, estadual e federal é de responsabilidade exclusiva da contratada.

6.6 Corrigir, alterar e/ou refazer os serviços não aprovados pela FISCALIZAÇÃO conforme prazo definido por esta.

6.7 A contratada não poderá alegar desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimento de qualquer detalhe relativo à execução do objeto, responsabilizando-se por qualquer ônus decorrente desses fatos.

7 DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório mediante justificativa.

8 DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

8.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

9 DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

9.1 Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.1.1 O recebimento do serviço de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

9.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.3 O representante da Administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do instrumento contratual, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

9.4 A(s) empresa(s) deverão apresentar, profissional legalmente habilitado junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, para a execução do serviço contratado.

9.5 Deverá apresentar à UFV *Campus* Rio Paranaíba a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) da empresa e/ou do profissional responsável pela execução do serviço.

10 DO PAGAMENTO

10.1 O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data final da entrega e da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

10.2 Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

10.2.1 O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.

10.2.2 Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

10.3 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.3.1 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

10.4 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

10.5 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.6 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

10.7 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

10.8 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

10.9 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.10 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

10.11 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

10.11.1 Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

10.12 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.12.1 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10.13 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I =	(6 / 100)/365	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%
----------	-----	-----------------	--

11 DO REAJUSTE

11.1 Os preços são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

12 DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

13 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

13.1.1 inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

13.1.2 ensejar o retardamento da execução do objeto;

13.1.3 falhar ou fraudar na execução do contrato;

13.1.4 comportar-se de modo inidôneo;

13.1.5 cometer fraude fiscal;

13.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

13.3 **Advertência**, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

13.4 multa moratória de 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 100 (cem) dias;

13.4.1 multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

13.4.2 em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

13.4.3 suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

13.4.4 impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

13.4.4.1 A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 19.1 deste Termo de Referência.

13.4.5 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

13.5 As sanções previstas nos subitens 13.1.1, 13.1.2, 13.1.3., 13.1.4. e 13.1.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA, juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

13.6 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

13.6.1 tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

13.6.2 tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

13.6.3 demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

13.7 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

13.8 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.9 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

14 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

14.1 As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2023 mediante emissão de nota de empenho, na classificação abaixo:

Gestão: 15268

Fonte: PROLADI

Programa de Trabalho: 170363

Elemento de Despesa: Solicitação de Serviço de Terceiros

14.2 O valor estimado para esta contratação é de **R\$ 35.906,00 (Trinta e cinco mil e novecentos e seis reais)**.

14.3 Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.3.1. Anexo A- DMT - Estudo Técnico Preliminar (documento 1128050)

14.3.2. Anexo B- DMT - Mapa de Riscos - Planejamento da Contratação (documento 1128051)

14.3.3. Anexo C - Projetos Armários LAE 133 (documento 1129443)

14.3.4. Anexo D - Bancadas para instalação dos armários LAE 133 (documento 1129445)

14.3.5. Anexo E - Modelo declaração de vistoria dos locais de prestação dos serviços

Rio Paranaíba, 25 de agosto de 2023.

Karine de Oliveira Gomes

Coordenadora do curso de Nutrição – Matrícula 12.017-0/UFV

Ordenador de Despesas	Solicitação(ões) Constantes neste Processo:	X Aprovado	___ Reprovado
	Estudo Técnico Preliminar:	X Aprovado	___ Reprovado
	Termo de Referência:	X Aprovado	___ Reprovado

Assinaturas Requeridas:

1. Responsável pela elaboração do Documento e /ou Presidente da Equipe de Planejamento.
2. Ordenador de Despesas.



Documento assinado eletronicamente por **KARINE DE OLIVEIRA GOMES, Docente**, em 30/08/2023, às 15:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dti.ufv.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1130845** e o código CRC **E5E60DC9**.

Referência: Processo nº 23114.914395/2023-42

Campus Viçosa
Av. Peter Henry Rolfs, s/nº, Campus Universitário
36570-900 Viçosa/MG

Campus Florestal
Rodovia LMG-818, km 6
35690-000 Florestal/MG

Campus Rio Paranaíba
Rodovia MG-230, Km 7, Zona Rural, Rodoviário
38810-000 Rio Paranaíba/MG

SEI nº 1130845